

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE JULGAMENTO DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI (SP), OU AUTORIDADE COMPETENTE PARA APRECIAR ESTAS RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO.

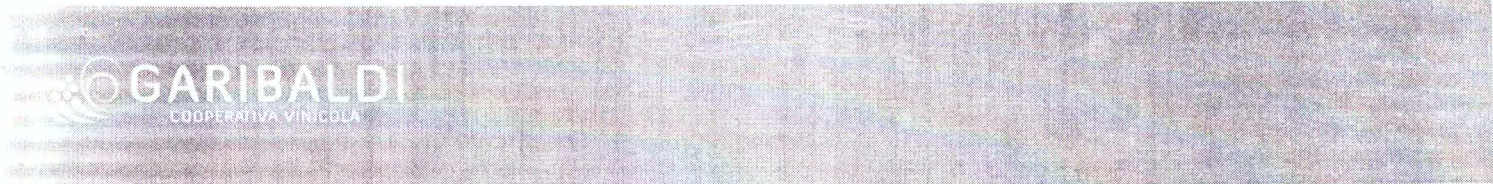
Ref.: Chamada Pública n. 003/2018 – Edital n.133/2018

**COOPERATIVA VINÍCOLA GARIBALDI LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Avenida Rio Branco, n. 833, no Centro da cidade de Garibaldi (RS) – CEP 95.720-000, inscrita no CNPJ sob n. 90.049.156/0001-50 vem, por seu procurador subscrito, apresentar, tempestivamente, suas razões de **RECURSO ADMINISTRATIVO**, com fulcro no artigo 109 da Lei Federal n. 8.666/93, em face do injusto e ilegal julgamento de classificação dos projetos de venda da Chamada Pública n. 003/2018 proferido pela douta Comissão Especial de Julgamento desta Prefeitura Municipal de Birigui (SP), conforme se passa a expor:

#### I. RESUMO DOS FATOS.

Após tomar ciência da Chamada Pública em evidência, a recorrente interessada em participar do certame, preparou seu projeto de venda e toda a documentação necessária para o atendimento ao instrumento convocatório. No entanto, após analisar a Ata de Julgamento e Classificação da chamada realizada no último dia 16 de agosto de 2018, notou que uma vez habilitada, perdeu o item 40 – Suco de uva integral pasteurizado, em virtude de um critério ainda não claro e equivocado, por estar em desconformidade com a legislação de regência, para a Cooperativa Agroindustrial Nova Aliança Ltda., declarada vencedora.





Conforme restará comprovado abaixo, tal julgamento foi equivocado e sem base legal, não merecendo qualquer respaldo. Dessa forma, a prudência alerta para que seja reformada a decisão e passe a ser adotado o procedimento estabelecido nas normas legais. Caso isso não ocorra, essa conceituada Prefeitura estará diante de uma contratação ilegal, ferindo as bases do Instituto das Licitações, preconizada na Constituição Federal.

## II. DAS RAZÕES E FUNDAMENTOS JURÍDICOS PARA O PROVIMENTO DO RECURSO.

Ilustríssimo Senhor Presidente, ao tomar ciência da Ata de Julgamento e Classificação da Chamada pública n. 003/2018 dessa Prefeitura, notou-se que o critério adotado para a classificação dos projetos de venda do item 40 – Suco de uva integral pasteurizado, não foi o correto, devendo ser revisto. Acontece que, conforme se extrai do artigo 25 da Resolução CD/FNDE n. 26, de 17 de junho de 2013, com as alterações promovidas pela Resolução CD/FNDE n. 04, de 02 de abril de 2015, a recorrente deveria ser declarada vencedora do item por possuir maior PERCENTUAL de agricultores familiares, em face da Cooperativa Nova Aliança.

Para melhor ilustração da linha argumentativa, oportuno trazer, *in verbis* os critérios de desempate impostos pela Resolução CD/FNDE n. 04/2015:

Art. 1º Os artigos 25 a 27, 29, 31 e 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, passem a vigorar com a seguinte redação:

Art.25 Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País.

§ 1º - Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - o grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos.

II - o grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País.

III - o grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País.

§ 2º - Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

II - os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;



III - os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física);

§3º Caso a EEx. não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, de acordo com os critérios de seleção e priorização estabelecidos no caput e nos §1º e §2º.

**§4º Para efeitos do disposto neste artigo, serão considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, NO MÍNIMO, 50% 1 (cinquenta por cento mais um) dos associados/cooperados das organizações produtivas, no caso do grupo formal, e 50% 1 (cinquenta por cento mais um) dos fornecedores agricultores familiares, no caso de grupo informal, conforme identificação na(s) DAP(s).**

§5º No caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, em referência ao disposto no §2º inciso I deste artigo, terão prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados. Para empate entre Grupos Informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas -, conforme identificação na(s) DAP(s).

**§6º No caso de empate entre Grupos Formais, em referência ao disposto no §2º inciso III deste artigo, TERÃO PRIORIDADE ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS COM MAIOR PORCENTAGEM DE AGRICULTORES FAMILIARES E/OU EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS NO SEU QUADRO DE ASSOCIADOS/ COOPERADOS, CONFORME DAP JURÍDICA.**

§7º Em caso de persistência de empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.<sup>1</sup> (grifo nosso)

Frente à norma de regência, tem-se que para um Grupo Formal ser considerado de assentamento da reforma agrária, comunidade quilombola e/ou indígena, há a necessidade de possuir, **NO MÍNIMO, 50% + 1 (cinquenta por cento mais 1)**, de agricultores familiares inseridos nessas classes. Caso contrário, o Grupo Formal NÃO PODERÁ ser considerado de assentamento da reforma agrária, comunidade quilombola e/ou indígena, sendo classificado como Grupo Formal com DAP reconhecida pelo MDA. Essa é a inteligência do § 4º do artigo 25 da Resolução CN/FNDE n. 26/2013, alterada pela Resolução CD/FNDE n. 04/2015.

<sup>1</sup> Resolução CD/FNDE n. 04, de 02 de abril de 2015. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução CD/FNDE n. 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação (PNAE).



É justamente esse o equívoco cometido por essa douta Comissão, haja vista que tanto a Cooperativa Nova Aliança quanto a recorrente são, perante as Resolução do FNDE, Grupos Formais com DAP reconhecida pelo MDA e não podem se beneficiar nos critérios de classificação como se fossem Grupos de Assentados da Reforma Agrária. Deve-se levar em conta que nenhum dos grupos formais em questão atingiram o percentual mínimo estabelecido para usufruir de tal condição.

Pois bem, esclarecidos os equívocos cometidos, percebam que, superados os critérios estabelecidos nos parágrafos 1º e 2º, onde de fato há o empate entre ambas as cooperativas (as duas pertencem aos grupos de projeto de venda do País e à classe de Grupos Formais detentoras de DAP Jurídica), deve ser observado o critério do parágrafo 6º onde afirma que a cooperativa com maior PERCENTUAL de agricultores familiares vencerá a disputa. É justamente nesse requisito que ocorre o desempate em favor da recorrente, pois como poderá ser constatado nos extratos das DAPs Jurídicas anexas, a **recorrente possui 93,25%** ao passo que a **Nova Aliança apenas 76,95%**.

Ou seja, o único resultado possível, nesse caso, conforme art. 25, § 6º da Resolução CD/FNDE 26/2013, alterada pela Resolução CD/FNDE 04/2015, era a recorrente ser declarada vencedora da Chamada Pública 003/2018 para o item 40. Qualquer outro desfecho tornará a contratação ilegal e, por consequência nula. Trata-se da aplicação do princípio da legalidade o qual determina que a Administração Pública não poderá agir fora dos limites impostos pela Lei. Nas palavras de Di Pietro:

Este princípio, juntamente com o de controle da Administração pelo Poder Judiciário, nasceu com o Estado de Direito e constitui uma das principais garantias de respeito aos direitos individuais. Isto porque a lei, ao mesmo tempo em que os define, estabelece também os limites da atuação administrativa que tenha por objetivo a restrição ao exercício de tais direitos em benefício da coletividade. É aqui que melhor se enquadra aquela ideia de que, na relação administrativa, a vontade da Administração Pública é a que decorre da lei. **SEGUNDO O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SÓ PODE FAZER O QUE A LEI PERMITE.** (grifo nosso)

Complementa Justen Filho:

No âmbito da licitação, o princípio da legalidade significa ser vedado à autoridade administrativa adotar qualquer providência ou instituir qualquer restrição sem autorização legislativa. As normas constitucionais e legais estabelecem um quadro, o qual delimita a competência da autoridade. **Portanto, a validade de qualquer decisão da Administração dependerá**

---

<sup>2</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 30. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 95-96.





### III. DO PEDIDO.

DIANTE DE TODO O EXPOSTO, **REQUER** a Vossa Excelência, *data máxima vênia*, que seja recebido as presentes RAZÕES RECURSAIS, com seu regular efeito suspensivo, para que no mérito seja julgado **PROCEDENTE**, alterando o **julgamento do item 40 – Suco de Uva Integral Pasteurizado, da Chamada Pública n. 003/2018, desta Prefeitura do Município de Birigui (SP), retificando-o e declarando a COOPERATIVA VINÍCOLA GARIBALDI LTDA como VENCEDORA, em consonância ao artigo 25 da Resolução CD/FNDE n. 26/2013, alterado pela Resolução CD/FNDE n. 04/2015.**

Requer, ainda, na hipó





**Ministério do Desenvolvimento Agrário**  
Secretaria de Agricultura Familiar  
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**Extrato de DAP Pessoa Jurídica**

Chave do extrato: 40135570  
Emitido em: 20/08/2018 às 15:54:29

DAP: SDW9004915600011307180913    Versão DAP: 3.2    Emissão: 13/07/2018    Validade(\*): 13/07/2020

**Informações da Pessoa Jurídica**

CNPJ: 90.049.156/0001-50  
Razão Social: COOPERATIVA VINICOLA GARIBALDI LTDA  
Tipo Pessoa Jurídica: Cooperativa singular da AF  
Município/UF: Garibaldi/RS    Data Constituição: 22/01/1931  
Representante Legal: OSCAR LÔ    CPF: 549.933.180-49

**Informações da DAP**

Emissor: ASSOCIACAO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXT. RURAL  
CNPJ: 89.161.475/0001-73    CPF: 354.648.280-87  
Agente Emissor: Vanderlei Cercato  
Local de Emissão: Garibaldi/RS

**Composição Societária**

Categoria(s) de Agricultores Familiares	Quantidade	Participação Relativa %
Demais agricultores familiares	353	91.69
Extrativista	2	0.52
Indígena	3	0.78
Quilombola	1	0.26

**Resultado Composição Societária**

Número de titulares com DAP Reconhecidos pelo MDA	359	93,25
Associados sem DAP	26	6,75
<b>Total dos Associados</b>	<b>385</b>	<b>100%</b>

(\*) Esta data de validade da DAP está condicionada a manutenção do número e estrutura do corpo social.  
A autenticidade e veracidade deste documento poderá ser comprovada por meio do endereço: <http://dap.mda.gov.br> (<http://dap.mda.gov.br/>)



**Ministério do Desenvolvimento Agrário**  
Secretaria de Agricultura Familiar  
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**Extrato de DAP Pessoa Jurídica**

Chave do extrato: 40135461  
Emitido em: 20/08/2018 às 15:54:03  
Validade(\*): 27/02/2020

DAP: SDW8861248600012702180457

Versão DAP: 3.2

Emissão: 27/02/2018

**Informações da Pessoa Jurídica**

**CNPJ:** 88.612.486/0001-60

**Razão Social:** COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL NOVA ALIANÇA LTDA

**Tipo Pessoa Jurídica:** Cooperativa singular da AF

**Município/UF:** Flores da Cunha/RS

**Data Constituição:** 04/01/1931

**Representante Legal:** ALCEU DALLE MOLLE

**CPF:** 431.760.700-04

**Informações da DAP**

**Emissor:** ASSOCIACAO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXT. RURAL

**CNPJ:** 89.161.475/0001-73

**Agente Emissor:** Raul Lopes Dalfolo

**CPF:** 999.917.050-15

**Local de Emissão:** Flores da Cunha/RS

**Composição Societária**

Categoria(s) de Agricultores Familiares	Quantidade	Participação Relativa %
Aquicultor/a	5	0.69
Assentado/a pelo PNRA	3	0.41
Demais agricultores familiares	548	75.17
Extrativista	2	0.27
Silvicultor/a	3	0.41

**Resultado Composição Societária**

Número de titulares com DAP Reconhecidos pelo MDA	561	76,95
Associados sem DAP	168	23,05
<b>Total dos Associados</b>	<b>729</b>	<b>100%</b>

(\*) Esta data de validade da DAP está condicionada a manutenção do número e estrutura do corpo social.  
A autenticidade e veracidade deste documento poderá ser comprovada por meio do endereço: <http://dap.mda.gov.br> (<http://dap.mda.gov.br/>)